

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2880024720201020171220

Processo 0830896-83.2019.8.23.0010 ☆ - (389 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais		Informações Adicionais		Partes		Movimentações		Apensamentos (0)		Vínculos (0)	
Realces											
Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência											
Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória											
Filtros											
Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor Público <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor											
Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/>											
Descrição: <input type="text"/>											
46 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 46										500 por pág. 1	
Seq.	Data	Evento						Movimentado Por			
<input type="checkbox"/>	46	20/10/2020 17:12:20	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (30/09/2020)						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
		46.1 Arquivo: Petição		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO		2654147RECURSODEAPELACAO01.pdf		Público			
		46.2 Arquivo: GUIA DE ARRECADACAO JUDICIARIA		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO		2654147RECURSODEAPELACAOAnexo02.pdf		Público			
	45	12/10/2020 00:03:31	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de GILDA LOPES PEREIRA) em 13/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 41) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (30/09/2020) e ao evento de expedição seq. 42.						SISTEMA CNJ		
	44	07/10/2020 15:37:10	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 07/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 41) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (30/09/2020) e ao evento de expedição seq. 43.						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	43	30/09/2020 22:51:21	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 41) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (30/09/2020)						VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário		
	42	30/09/2020 22:51:21	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de GILDA LOPES PEREIRA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 41) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (30/09/2020)						VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	41	30/09/2020 18:06:20	JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO						JARBAS LACERDA DE MIRANDA Magistrado		
	40	28/09/2020 23:21:34	CONCLUSOS PARA SENTENÇA Responsável: JARBAS LACERDA DE MIRANDA						ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária		
<input type="checkbox"/>	39	17/09/2020 10:41:44	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	38	13/08/2020 00:04:49	DECORRIDO PRAZO DE GILDA LOPES PEREIRA (P/ advgs. de GILDA LOPES PEREIRA *Referente ao evento (seq. 35) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (17/07/2020) e ao evento de expedição seq. 36.						SISTEMA CNJ		
	37	20/07/2020 08:58:07	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de GILDA LOPES PEREIRA) em 20/07/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 35) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (17/07/2020) e ao evento de expedição seq. 36.						JOSIANE FERREIRA ALVES Advogada		
	36	17/07/2020 21:43:52	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de GILDA LOPES PEREIRA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 35) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (17/07/2020)						JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	35	17/07/2020 21:43:36	EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO Referente ao evento (seq. 33) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE(22/05/2020 15:15:19). Identificador do Cumprimento: 0003						JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA Analista Judiciário		
	34	06/06/2020 00:06:15	DECORRIDO PRAZO DE GILDA LOPES PEREIRA (P/ advgs. de GILDA LOPES PEREIRA *Referente ao evento (seq. 28) JUNTADA DE LAUDO (05/05/2020) e ao evento de expedição seq. 29.						SISTEMA CNJ		
<input type="checkbox"/>	33	22/05/2020 15:15:19	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (05/05/2020)						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	32	16/05/2020 00:01:38	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de GILDA LOPES PEREIRA) em 15/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 28) JUNTADA DE LAUDO (05/05/2020) e ao evento de expedição seq. 29.						SISTEMA CNJ		
	31	06/05/2020 09:27:16	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 06/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 28) JUNTADA DE LAUDO (05/05/2020) e ao evento de expedição seq. 30.						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	30	05/05/2020 17:21:14	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 28) JUNTADA DE LAUDO (05/05/2020)						ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária		
	29	05/05/2020 17:21:14	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de GILDA LOPES PEREIRA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 28) JUNTADA DE LAUDO (05/05/2020)						ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária		
<input type="checkbox"/>	28	05/05/2020 17:20:22	JUNTADA DE LAUDO						ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária		
<input type="checkbox"/>	27	13/04/2020 21:57:19	JUNTADA DE CERTIDÃO						VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário		
	26	10/03/2020 16:39:23	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: Mariângela Nasário Andrade habilitado até 08/06/2020 (90 dias)						VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário		
	25	09/03/2020 08:21:09	JUNTADA DE COMPROVANTE Devolução sem Leitura - De MANDADO expedido(a) (seq. 19) em 11/02/2020 - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/02/2020). Parte: GILDA LOPES PEREIRA						VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	24	05/03/2020 12:55:12	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 19) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (11/02/2020 16:06:49). Parte: GILDA LOPES PEREIRA						Martha Alves dos Santos Oficial de Justiça		
	23	28/02/2020 00:09:14	DECORRIDO PRAZO DE GILDA LOPES PEREIRA (P/ advgs. de GILDA LOPES PEREIRA *Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/02/2020) e ao evento de expedição seq. 16.						SISTEMA CNJ		
	22	17/02/2020 00:04:46	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de GILDA LOPES PEREIRA) em 17/02/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/02/2020) e ao evento de expedição seq. 16.						SISTEMA CNJ		
	21	15/02/2020 00:05:10	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/02/2020) e ao evento de expedição seq. 17.						SISTEMA CNJ		
	20	12/02/2020 13:00:34	REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 19) em 11/02/2020 16:06:49. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: Martha Alves dos Santos. Parte: GILDA LOPES PEREIRA						Greiciane Jin Servidora Central de Mandados		
<input type="checkbox"/>	19	11/02/2020 16:06:49	EXPEDIÇÃO DE MANDADO Prazo de 15 dias úteis. Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO(06/02/2020 11:26:10). Natureza: Intimação. Parte: GILDA LOPES PEREIRA. Identificador do Cumprimento: 0002						VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário		
	18	07/02/2020 13:11:19	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 07/02/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/02/2020) e ao evento de expedição seq. 17.						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	17	06/02/2020 11:26:14	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/02/2020)						ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária		
	16	06/02/2020 11:26:14	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de GILDA LOPES PEREIRA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO						ALDENEIDE NUNES DE SOUSA		



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

PROCESSO N. 08308968320198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GILDA LOPES PEREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de outubro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR**

**Processo n.º 08308968320198230010**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: GILDA LOPES PEREIRA**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLENDIA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

**DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012<sup>1</sup>.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de

---

<sup>1</sup>Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74<sup>2</sup>, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil<sup>3</sup>.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

<sup>2</sup> Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

<sup>3</sup> Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, **caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.**

Também **não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro faculta o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.**

[...]

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.

ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0018643-27.2016.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Juiz Alexandre Barbosa Fabiani - J. 06.09.2018)

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranaíba - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso.

Restando inconteste a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de outubro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **GILDA LOPES PEREIRA**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08308968320198230010.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



86660000000-8 48880574106-0 02020102800-6 10200054465-4

**GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA**

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 48,88</b>	Vencimento: <b>28/10/2020</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.20.0054465</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 13.500.00</b>	Processo: <b>0830896-83.2019.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

Autenticação Mecânica



86660000000-8 48880574106-0 02020102800-6 10200054465-4

**GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA**

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 48,88</b>	Vencimento: <b>28/10/2020</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.20.0054465</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 13.500.00</b>	Processo: <b>0830896-83.2019.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

## Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 18,88  
R\$ 30,00

## OBS.:

**PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL  
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,  
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE  
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.**

**R\$ 48,88**

Autenticação Mecânica





---

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
16/10/2020 - AUTOATENDIMENTO - 16.44.12  
1251301251 SEGUNDA VIA 0015

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS  
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4  
=====

Convenio	FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD
Codigo de Barras	86660000000-8 48880574106-0
	02020102800-6 10200054465-4
Data do pagamento	16/10/2020
Valor Total	48,88

-----

DOCUMENTO: 101603  
AUTENTICACAO SISBB: F.A54.72A.A06.D2F.F88